



CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

Orçamento do Estado para 2019

**A Luta continua! - Pelo aumento dos salários, pela melhoria dos serviços públicos,
pela erradicação da precariedade!**

O Governo do PS tem agora derradeira oportunidade para responder às justas reivindicações dos trabalhadores da Administração Pública: o Orçamento do Estado para 2019, o último do seu mandato.

Contudo, a Proposta apresentada revela, que este Governo optou por mais uma vez, e em detrimento pela consideração que deveria ter pelos trabalhadores e aposentados da Administração Pública e pelos investimentos nos serviços públicos apresentar mais do mesmo:

- milhões e milhões para os bancos, aquisições/privatizações de serviços, PPP's, pagamento de juros da dívida.

O Governo deliberadamente ignora as exigências dos trabalhadores e demonstra a sua opção política, em linha com as imposições da União Europeia e com o seu comprometimento com o grande capital, estando, todavia, em tempo de emendar a mão através do processo legislativo de discussão na Assembleia da República.

No último Orçamento do seu mandato, o Governo PS deixa claro que faz tábua rasa da Proposta Reivindicativa Comum da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, prosseguindo com a obsessão do défice, com o financiamento da banca, deixando os trabalhadores e os serviços públicos no final da lista, com alguns avanços

tímidos e francamente insuficientes face à degradação da qualidade de vida dos trabalhadores e das populações ao longo dos anos.

De facto, constata-se que as maiores “fatias” são destinadas ao financiamento da banca privada – mais 850 milhões para recapitalizar o Novo Banco e com o pagamento dos juros da dívida - 8% da despesa pública como em 2018, com um valor estimado em 7.406 milhões de euros. Para as parcerias público-privadas (PPP) o orçamento prevê um encargo líquido de 1.692 milhões de euros.

Em simultâneo, num quadro em que os trabalhadores sofreram não só com a inexistência de aumentos salariais mas também com cortes e congelamentos, o Governo, até à data, não apresentou qualquer proposta concreta em sede própria – negociação salarial anual – desrespeitando de forma inadmissível os sindicatos e a Constituição da República Portuguesa.

A despesa com pessoal, no Orçamento do Estado para 2019 representará uma percentagem inferior relativamente ao PIB: 10,1% (face a 10,2% em 2018 e 10,4% em 2017. Contudo, a despesa com aquisições de serviços externos não para de aumentar: 13.026 milhões de euros para 2019, 6,2% do PIB, tendo aumentado em relação a 2018 e 2017.

Situação que contrasta com o discurso de combate à precariedade, evidenciando o gasto crescente com a externalização/privatização dos serviços públicos. Acresce que o PREVPAP demonstrou a falta de vontade política na resolução da precariedade: depois da identificação de 116 mil trabalhadores com vínculo precário, apenas 31957 apresentaram requerimento atentas todas as dificuldades impostas pela lei e, até à data o Governo abriu somente 747 procedimentos concursais.

O Governo mantém a proibição de contratação na Administração Pública repetindo a regra de entrada de apenas um trabalhador por cada 2 que se aposentem, fomentando várias formas de precariedade e contratação ilegal e agravando os problemas de falta de pessoal.

Acresce que no ano de 2019 será concretizado, contra as populações e sindicatos, a implementação do processo de descentralização de competências definido na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

Ainda que tentem passar outra mensagem aos trabalhadores da Administração Pública que têm vindo a ser penalizados com a inexistência de aumentos, com cortes e congelamentos, o governo mantém a posição de não lhes permitir a recuperação do poder de compra, do tempo de serviço perdido e de uma vida mais digna. O contrato com estes trabalhadores continua, vergonhosamente, a não ser cumprido.

Fica assim por existir uma resposta cabal à generalidade das reivindicações dos trabalhadores.

A FCSAP, reiterando total disponibilidade para participar num processo negocial sério e frontal, reafirma as suas justas reivindicações, destacando:

- Aumento real dos salários e das pensões em 4%, com um mínimo de 60,00 EUR, por forma a iniciar, finalmente, a recuperação das perdas salariais ocorridas nos últimos largos anos, fruto do congelamento dos salários desde 2009 e das carreiras desde 2005;
- 35 horas para todos os trabalhadores;
- Atualização do salário mínimo da Administração Pública para 650,00 EUR e a consequente revisão da TRU em conformidade;
- Descongelamento das progressões nas posições remuneratórias, abrangendo as carreiras, as categorias e os trabalhadores, salvaguardando, para a sua generalidade, a contabilização de todo o tempo de serviço em 2019, sem faseamentos e garantindo o pagamento integral da valorização remuneratória a quem se aposente;
- Contagem de todo o tempo de serviço dos trabalhadores a quem o governo, na reconversão da contagem de tempo de serviço em pontos roubou a antiguidade a milhares de trabalhadores;

- A contagem de todo o tempo de serviço para todos os trabalhadores com vínculo precário, independentemente do vínculo de contratação e que foram a concurso, por analogia com os trabalhadores integrados via PREVPAP;
- A eliminação de todas as formas de precariedade na Administração Pública e a abertura de procedimentos concursais que garantam o princípio de que, para necessidades permanentes, corresponde um vínculo efetivo.
- Reposição do valor do pagamento do trabalho extraordinário (com acréscimo de 50 % na primeira hora e de 75 % nas seguintes, nos dias úteis, e de 100 % nos dias de descanso complementar, obrigatório e em dias feriado), das horas de qualidade e de todos os suplementos que foram alvo de cortes, bem como a reposição do descanso compensatório;
- Atualização do subsídio de refeição para 6,50 EUR;
- Reposição da forma de cálculo das pensões e das condições gerais para aposentação com 36 anos de serviço, independentemente da idade, salvaguardando regimes específicos consagrados ou a consagrar com condições de acesso mais favoráveis;
- Reposição dos escalões de IRS existentes antes das alterações introduzidas com a entrada da troika em Portugal, recuperando maior justiça fiscal e protegendo os rendimentos do trabalho;
- Abandono do processo de municipalização em curso que visa funções sociais do Estado consagradas constitucionalmente, designadamente nas áreas da educação, saúde, cultura, segurança e proteção social;

A Frente Comum não só reafirma as suas exigências como valoriza as lutas em curso que reivindicam, precisamente, a urgência da resposta a tais exigências neste Orçamento do Estado: a semana de luta dos professores e educadores que ocorreu na primeira semana de outubro com uma adesão massiva; a justa luta dos enfermeiros ainda em curso; a luta das forças de segurança pela dignificação das suas carreiras, todas as lutas setoriais que têm vindo a decorrer e se unirão na greve nacional dos sindicatos da FCSAP no próximo dia 26 de outubro.

A Frente Comum exige respeito pelos trabalhadores, estando segura que no próximo dia 26 será dado o sinal de que o tempo é agora: é urgente valorizar salários e carreiras, respeitar e dignificar os trabalhadores e os serviços públicos.

FCSAP, 18 de outubro de 2018